

O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO: COMBATIVIDADE E PELEGUISMO

Carlos Henrique Bezerra
E-mail: henriquesantosbez@outlook.com
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Eixo VIII

Resumo: O presente artigo é um estudo da participação estudantil no Brasil. Seu objetivo primário é compreender a história do movimento estudantil brasileiro, partindo de sua origem ao seu desenvolvimento, desvelando suas contradições durante o processo histórico. Designadamente, busca interpretar os caminhos que levaram os principais movimentos estudantis a irem da representação combativa a uma caricatura pelega e aparelhada, transformando-se em uma instituição própria da falsa esquerda em conjuntura nacional. Ao mesmo tempo que traça a história de movimentos estudantis que rompem com a trajetória pelega dessas entidades, buscando ainda contribuir para um histórico crítico do movimento estudantil, apontando seus erros e acertos com base na fundamentação teórica proposta e mostrar um caminho possível para a construção de um movimento forte e democrático. O artigo é uma denúncia a esses movimentos oportunistas e imobilistas e um chamado à juventude combativa. Para estas interpretações, apoia-se no materialismo histórico-dialético, enquanto método para a pesquisa em suas categorias de totalidade, contradição e ideologia, possibilitando compreender estes movimentos como participantes determinados e determinantes no processo histórico. Para conquistar estas informações utiliza-se de pesquisa bibliográfica crítica, apoiada no mesmo método que rege o presente artigo. Com isto, divide-se o trabalho em decorrência do processo histórico do movimento estudantil brasileiro: desde a sua origem, durante os anos 1930 e 1940; passando pela luta combativa do movimento estudantil durante a ditadura militar, a decadência dos movimentos estudantis e o peleguismo dos mesmos nos anos 1990 e 2000, findando mostrando o caminho compromissado e combativo dos movimentos estudantis de viés crítico.

Palavras Chaves: Movimento Estudantil. Combatividade. Oportunismo

1. INTRODUÇÃO

A luta pela educação pública sempre contou com o apoio das massas para sua construção. Não diferente, os estudantes sempre cumpriram papel decisivo nesta construção. Mesmo assim, só passaram a se organizar coletivamente, no Brasil, a partir de 1937, quando, inspirada pela Reforma Universitária de Córdoba, construiu-se a UNE – União Nacional Estudantil. Destarte, os estudantes de Ensino Médio só passaram a possuir representação em 1948, com a construção da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Buscando reconstruir a história do ME, para assim compreender sua condição atual, o artigo consolida-se no materialismo histórico-dialético enquanto método, em suas categorias totalidade, contradição e *práxis*. De tal modo, a terminação *materialismo* relaciona-se à existência humana na realidade material, o conceito *histórico* significativamente implica na

compreensão de que a existência humana está relacionada a seus determinantes históricos, enquanto *dialético* diz respeito à relação de contradição que a totalidade exerce com sua parte.

Por isso, *totalidade* refere-se à compreensão de que todo fenômeno não pode ser examinado exclusivamente, de forma singular, mas a partir da relação existente entre o fenômeno e a realidade material. A *contradição*, segundo Kosik (1976) a lei fundamental da interpretação dialética, tem significado no estudo dos fenômenos a partir de sua divisão entre *real aparente* e *real concreto*, determinando suas incoerências internas, que as fundam e desenvolvem. O conceito marxista de *Práxis* está consolidado na compreensão existente entre a dimensão teórica e prática.

Isto posto, interpreta-se o movimento estudantil da UNE e UBES como entidades que durante sua construção histórica depararam-se com suas contradições internas e com isto, desvendaram práticas determinadas ao momento histórico a que estavam inseridas, isto é, com sua construção, sua principal contradição era a necessidade construir uma imagem representativa, desta forma sua principal atividade foi a propaganda, já mais tarde, consolidada, durante a ditadura, enfrenta a perseguição e bravamente resiste a ela, enquanto que na redemocratização enfrentou novamente a necessidade organizar-se.

Em determinado momento desta reconstrução, a diretoria executiva destas entidades decaem e transportam a UNE e UBES, de sua postura combativa, a uma conduta oportunista-eleitoreira, repletas de peleguismo até hoje. Desta prática, contraditória aos interesses primeiros, o rompimento de diversos estudantes possibilita a reconstrução de movimentos estudantis honestos e combativos.

Para criar esta imagem histórica dos movimentos estudantis brasileiros, a primeira seção do artigo preocupa-se em apresentar cronologicamente a prática dos movimentos no período que vai de sua criação até o tempo contemporâneo, indicando a necessidade da reconstrução da prática militante.

A segunda seção aponta para a possibilidade de construção de um novo movimento, edificado sobre uma perspectiva crítica do papel da educação, honesto e combativo na educação integral e politécnica das massas subalternas do campo e da cidade.

2. UNE E UBES COMO REPRESENTANTES ESTUDANTIS NO BRASIL: DA COMBATIVIDADE AO PELEGUISMO

O movimento estudantil de países latino-americanos influenciou a realidade de diversas outras nações, entre elas o Brasil.

Suas raízes mais tenras podem ser identificadas na Carta de Córdoba (Argentina) de 21 de junho de 1918, impelindo a reforma universitária e a formação de federações nacionais de estudantes ou uniões entre 1920 e 1930 em que quase toda a América Latina – Chile, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Venezuela, México, estendendo-se mais tarde a Cuba. (PORTANEIRO, 1978 apud FÁVERO, 1995, p. 11).

A reforma universitária de Córdoba, de 1918, foi o motor da organização estudantil latino-americana, isto porque, “pensar e construir uma universidade a partir da América Latina era um dos desafios que o movimento estudantil de Córdoba, na Argentina, defendeu em seu Manifesto de 21 de junho de 1918” (NETO, 2011, p. 62).

A mobilização estudantil alcança nível profundo de força em toda a nação, de modo que em 1937 surge a UNE – União Nacional Estudantil, com foco de atuação nas instituições de Ensino Superior; e o ano de 1948 marca o surgimento da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, que organizava as massas de estudantes do, neste tempo, denominado Segundo Grau, o hodierno Ensino Médio. Ademais, por diferenças político-ideológicas a UBES dividiu-se, dando origem a UNES. A reunificação só deu-se em 24 de julho de 1956, nas seguintes condições:

[...] o 9º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas - também chamado Congresso da Unificação, acabou com a divisão do movimento [...] presença de delegações de entidades de todo o país [...] ocorreu no Instituto Parobé, em Porto Alegre (RS) [...] concordaram que o nome UBES prevaleceria [...] José Luis Clerot para presidir [...] o primeiro mandato pós-unificação. (CINTRA, MARQUES, 2009, p. 77).

Nos tempos de surgimento, UNE e UBES comprometeram-se em uma luta baseada em alguns princípios, tais sendo: a) a luta antifascista; b) um nacional-progressismo; c) a busca por uma democracia participativa; d) a politização de estudantes. O período não foi marcado por grandes confrontos, mas pela busca de união e organização das entidades militantes.

Entretanto, na sociedade dividida em classes antagônicas, ao levar em conta “[...] que o proletariado [...] forja na prática da luta de classes suas próprias organizações e sua própria ideologia, a escola tem por missão impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária” (SAVIANI, 1980, p. 30). Desta forma, difícil era e é a missão destes movimentos, que são a todos os momentos ameaçados por forças contrarrevolucionárias.

O surgimento de movimentos que atuavam nacionalmente fortaleceu o avanço da escola como espaço democrático, mas ascendeu forças conservadoras, que buscavam inviabilizar a união de estudantes.

Em 1962, a UNE organiza a chamada “Greve do 1/3”, que reivindicava um terço das cadeiras nos conselhos das universidades. Dentro deste movimento surgiu também a luta pela defesa da universidade pública e gratuita.

O golpe contrarrevolucionário que culminou em 1964, reorganizou as estruturas da UNE e UBES. Com o discurso de reestrutura da economia, da ética política, da moral e de defesa da paz social, no irônico dia 1º de Abril de 1964 avançam as tropas que levariam a cabo o golpe militar-burguês, que segundo Paulo Netto:

Levado a cabo pelos setores mais reacionários da sociedade brasileira (a fina flor da burguesia industrial e financeira, os grandes proprietários de terras e as cúpulas militares) e com significativo apoio inicial da alta hierarquia católica e de largas camadas da pequena burguesia, o golpe - que se autoproclamou “revolução”, para ocultar seu caráter reacionário, e “de março”, para escapar à ironia do dia da mentira - contou com a mais ativa colaboração dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas que atuavam no país. E instaurou uma ditadura que perduraria por duas décadas (PAULO NETTO, 2014, p. 17).

É reducionista ver a ditadura como um golpe estritamente militar, pois seria impossível que a mesma ocorresse sem atender aos interesses do latifundiário, da burguesia e, principalmente, do imperialismo. Para justificar os obscuros interesses dos capitalistas, o golpe criou um falso inimigo frente a população:

O governo que havia estabelecido uma revolução por decreto colocou-se como fundador da universidade brasileira, saneador de idéias e disciplinador dos homens. Tudo isso, sempre proclamando um só objetivo: evitar a revolução comunista e resolver o que considerava o problema real do país, ou seja, o aumento da produtividade através da técnica aplicada à produção. A história veio mostrar, entretanto, que enquanto pretensos fundadores da universidade brasileira, os governos militares se revelariam, em verdade, apenas os modernizadores autoritários daquela instituição; como saneadores das idéias, se constituiriam nos patrulheiros ideológicos dos mais reacionários, e, enquanto disciplinadores de homens, se tornariam especialistas na repressão. (SANFELICE, 1986, p. 86)

Foi desta forma que o movimento estudantil sofreu a mais severa perseguição. A ideia estatal das classes dominantes de que a defesa ao ensino público, à qualidade e à universalização deste eram ideais que buscavam a “bolchevização” do ensino brasileiro tornou os movimentos a favor da educação grupos considerados “subversivos” à ordem burguesa da escancarada ditadura.

Não o bastante, os acordos MEC/USAID tiveram resoluta influência na mobilização estudantil. Gomes (2018) explica que, fundamentados em três pilares, os acordos mudaram a realidade da educação brasileira. Seus três fundamentos básicos, de acordo com o autor eram: educação e desenvolvimento; educação e segurança; educação e comunidade.

No primeiro, destacava-se a “formação de profissionais que atendessem às necessidades do país quanto a tecnologia avançada” (GOMES, 2018, p. 98). O segundo, relaciona-se com a necessidade de formar cidadãos que defendessem a ditadura militar, garantindo a ideologia dominante, principalmente por meio das disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudo dos Problemas Brasileiros. O terceiro era baseado na ideia de que tal consolidação ideológica não podia restringir-se aos muros da escola e que, nesse caso, devia ser disseminada aos pais e à comunidade escolar.

Segundo Gomes (2018, p. 95) “Era comum entre os intelectuais conservadores a ideia de que o estudante não deve fazer política, mas simplesmente estudar, ou ainda que era preciso proteger os estudantes das ideias subversivas”.

Com isto, buscou-se despolitizar e desorganizar coletivos estudantis há décadas unidos. Foram tentadas as mais diversas formas de desestruturar estas agremiações, desde as mais abertas perseguições, a exemplo do incêndio criminoso à sede da UNE, nas primeiras horas de regime golpistas, até os mecanismos legais, a modelo da Lei Suplicy, de 9 de novembro em 1964, que:

[...] colocava sob o controle do Estado todas as entidades estudantis [...]. No meio secundarista, os Grêmios Livres foram transformados em Centros Cívicos, sob o controle da direção de suas respectivas escolas. O objetivo era claro: controlar politicamente a e ideologicamente o movimento estudantil. (GOMES, 2018, p. 96)

Desta forma, o autor remonta os caminhos tortuosos a que foram levados os movimentos estudantis durante a ditadura militar, estes, agora, sem o amparo legal das principais entidades, UNE-UBES, que tornaram-se entidades clandestinas. O controle político-ideológico como principal arma da classe gerente buscava destruir o fantasma denominado subversivo e comunista que assombrava as universidades e escolas.

Em oposição, o ME buscou organizar-se firmando parceria com aqueles que já estavam consolidados, principalmente com o PCdoB, que foi forte expoente da luta armada neste período.

Nos anos de chumbo da ditadura, a UBES foi quase que totalmente dissolvida, de forma que a resistência secundarista passou a ser feita com pequenos grupos e coletivos, alguns armados, os demais membros ou sumiram, ou foram exilados, ou terminaram mortos, três na Guerrilha do Araguaia.

Em suma, “o dia que durou 21 anos” foi marcado por todas as formas de perseguição a estudantes, universitários ou secundaristas, mas, em resposta, o movimento estudantil fortaleceu-se cada vez mais buscando consolidar-se materialmente; e mesmo de forma

clandestina e ilegal foi capaz de aliar estudantes a operários e intelectuais, fortalecendo a resistência contra a ditadura.

Devido à movimentação sempre forte das forças contrarrevolucionárias, das classes gerentes da ditadura militar brasileira, o movimento estudantil teve nesse período seu ápice no que diz respeito à organização e consolidação de força, conseguindo agregar milhares de estudantes à luta combativa, e ainda de ideologia, visto que marcou-se sempre uma postura à esquerda.

Tal foi a relevância do movimento estudantil brasileiro durante os anos da ditadura militar, que a combatividade e a luta dos estudantes neste período é até hoje lembrada pelos movimentos estudantis combativos e revolucionários.

Com bravura, coragem e combatividade, o movimento estudantil lutou contra as forças conservadoras e autoritárias em defesa da educação e da massa trabalhadora. Desta forma, foi um dos principais mobilizadores pelas Diretas Já.

Ainda em 1985, a UNE e a UBES voltaram a legalidade e buscaram travar uma luta muito mais social que estudantil, preocupada com fatores políticos e econômicos, distanciou-se da luta revolucionária. O período pós-ditadura marca-se na história dos movimentos sociais como um momento conflituoso, no qual Gohn determina:

Os anos 90 redefiniram novamente o cenário das lutas sociais no Brasil, deslocando alguns eixos de atenção dos analistas. Os movimentos sociais populares urbanos dos anos 70-80 alteram-se substancialmente. Alguns entraram em crise interna; de militância, de mobilização, de participação cotidiana de atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas e de confiabilidade e legitimidade junto à própria população. Sem falar nas crises externas - decorrentes da redefinição dos termos do conflito social entre os diferentes atores sociais e entre a sociedade civil e a sociedade política [...] (GOHN, 1997, p. 304)

Além disso, os movimentos estudantis durante a última década do séc. XX deixaram-se levar por reformas neoliberais, disfarçadas sob a égide da socialdemocracia, principalmente com a formulação da LDB 9394/1996, que segundo Saviani (1999) envolveu toda a sociedade civil, inclusive os estudantes. A garantia em lei dos direitos dos estudantes, da organização democrática da escola, da gestão democrática do espaço escolar permitiu o silenciamento dos estudantes frente a estrutura capitalista.

É válido, porém, lembrar que o movimento estudantil da década de 1980 era na verdade uma geração posterior à de 1960 e 1970, que sentia, com a abertura e com o fim da ditadura, o dever “de missão cumprida”, secundarizando a luta combativa se deixando levar pelas reformas neoliberais no ensino.

Esta é a principal contradição entre as gerações do movimento estudantil, quando visto em escala nacional, desses dois períodos, a combatividade proposta por aqueles que resistiram ao regime militar nunca limitou-se à luta contra os militares durante o período, mas foi propagado pelo movimento como método de luta anticapitalista. Tal método não foi absolvido, sendo inclusive negado, pelas gerações posteriores, como pode ser claramente visto ao comparar as manifestações ocorridas entre 1964 e 1970 e as mobilizações que ocorreram depois da década de 1980.

Para uma compreensão histórica da direção interna da UNE e UBES, o que possibilita compreender seu oportunismo, é necessário relembrar sua aliança com o PCdoB. No início da ditadura, UNE se alia ao PCdoB, principalmente a partir da luta armada, mas quando o partido decai no peleguismo, isto porque com a extinção dos principais revolucionários, PCdoB, nos anos 1980, alia-se ao Partido dos Trabalhadores, oportunista. A UNE e a UBES passam a marchar no mesmo caminho.

Isto acentuou-se após o fim do mandato de Fernando Henrique Cardoso com eleição de um novo presidente, Luís Inácio Lula da Silva, conhecido durante a ditadura por orquestrar a resistência operária no ABC Paulista. Neste contexto, a UNE e a UBES optaram por apoiar a figura de Lula nas eleições. Acerca disto afere-se que:

As propostas da UNE, elaboradas num seminário para isto convocado, foram encaminhadas, sob a forma de uma “Carta compromisso”, aos candidatos ao primeiro turno do pleito, com a solicitação de que com elas se comprometessem. Já no segundo turno, com a disputa polarizada entre Lula e Serra, a UNE organizou, com a UBES, um grande plebiscito nacional, com a adesão de 400 mil estudantes, que decidiram pelo apoio a Lula, posição ratificada pela diretoria e anunciada por Felipe Maia no comício do candidato petista em Florianópolis. Nem poderia ter sido diferente, já que a entidade, desde o começo do Governo Fernando Henrique, cerrara fileiras na luta contra o neoliberalismo (POERNER, apud, PAIVA, 2011, p. 309).

Tornando-se aparelhada pelo Estado burguês a UNE e a UBES, que durante o fim do séc. XX tornaram-se entidades frágeis frente a luta pela educação pública universal, gratuita e de qualidade, a partir dos anos 2000 transformaram-se em instrumento de dominação do Estado burguês socialdemocrata sobre os estudantes, ditando pautas e lutas, afundando cada vez mais no oportunismo, principalmente petista. A partir disto, Paiva (2011) determina que a UNE acaba perdendo seu caráter não governamental. É neste contexto que a oposição deixa de reconhecê-la como entidade representativa.

O peleguismo eleitoreiro destas entidades ficou marcado com a prisão do ex-presidente Lula, uma reorganização do poder das classes dominantes, marcada pelo posicionamento e pelo levante de bandeiras pela liberdade de Luís Inácio Lula da Silva:

Reunidos na noite de quarta-feira (11/4) na Sede das Entidades Estudantis os estudantes da Diretoria Executiva da UNE e da UBES aprovaram um manifesto em defesa da liberdade de Lula e convocaram um dia de luta em Curitiba. (TADA, 2018, p. 1).

Aprovada pela diretoria executiva das duas entidades, a convocatória aos estudantes ainda indicava a criação de comitês pró “Lula Livre” nas universidades e nas escolas secundaristas.

Por isso propomos aos estudantes brasileiros: 1- Criação de Comitês em defesa da Democracia e da Liberdade de Lula em suas universidades e escolas reunindo o máximo de estudantes possível, buscando também professores e trabalhadores/trabalhadoras da educação/servidores e servidoras técnico administrativos, propondo uma data de lançamento; (UNE; UBES, 2018, p. 1).

Além da siglas UNE-UBES, o movimento estudantil brasileiro ainda é atordoado com a participação pelega-oportunista-eleitoreira da UJS – União da Juventude Socialista, do Pecedobê, que em seu manifesto online defende:

10. Os donos do poder afirmam que vivemos uma democracia porque temos eleições. Escondem que as regras dessa ordem só servem para os que têm poder financeiro.
11. Essa democracia nos discrimina não nos ouve e não nos serve. Somos considerados o futuro e, no presente, não temos espaço para opinar, participar e decidir. Mesmo esta falsa democracia cada vez mais é atacada e limitada (UJS, 2013, p. 1).

Autodenominada “socialista”, seu manifesto não passa de letra morta dentro da direção do movimento. Por mais que negue com palavras seu apreço à democracia burguesa e denuncie em seu manifesto o Velho Estado, não deixa de flertar com a socialdemocracia e com o fanatismo por Lula, como ao realizar “Um chamado democrático à juventude brasileira: todos/as a Porto Alegre, em defesa de Lula, da legalidade e da democracia”¹:

A história do Brasil é farta em exemplos de líderes políticos que sofreram perseguições implacáveis quando comprometidos em fortalecer a soberania nacional e promover direitos do povo. **Foi assim com Luis Carlos Prestes, Getulio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e é assim, hoje, com Lula.** Os principais agentes dessa perseguição, ontem e hoje, são setores da elite brasileira aliados a interesses estrangeiros, que querem promover uma nova colonização do nosso país (UJS, 2017, p. 1) (grifo nosso).

¹ Disponível em: <https://ujs.org.br/noticias/um-chamado-democratico-a-juventude-brasileira-todosas-a-porto-alegre-em-defesa-de-lula-da-legalidade-e-da-democracia/> Acessado em: Julho de 2019.

Oportunistas, negam o imperialismo estadunidense ocorrido no governo Lula-Dilma e promovem uma despolitização e desorganização dos estudantes. Fundamentam-se em uma defesa petista dos interesses das elites burguesas e negam a todo momento uma revolução socialista, afundando-se cada vez mais no reformismo do Estado burguês. Desonestos ao máximo são capazes de tornar herói gerentes do Velho Estado, tais qual Vargas que perseguiu a oposição durante o Estado Novo, responsável pela deportação da comunista Olga Benário, enquanto grávida, para ser morta na Alemanha Nazista.

A Tese do Movimento Estudantil Popular Revolucionário – este, vanguarda no nosso tempo da luta combativa de estudantes em todo o Brasil – apresenta a face mais oportunista da UNE nas lutas de 2013, contra a Farra da Fifa, e de 2016, durante as ocupações de escolas em diversas instituições do Brasil. O documento intitulado “Dois caminhos do Movimento Estudantil” expõe que acerca das jornadas de junho e julho de 2013, a UNE:

No auge da sua desventura oportunista, enquanto toda a juventude combatente saía às ruas nas grandes jornadas de luta de junho e julho de 2013 com o grito de NÃO VAI TER COPA, a Une/Pecedobê fazia campanha para alistar voluntários para a Farra da Fifa! (MEPR; UV, 2017, p. 1)

Totalmente desligada dos anseios e necessidades do povo, UNE-UBES apoiaram a realização da Copa no Brasil. Criticou a posição combativa e louvou a prisão dos 23 jovens presos durante as manifestações, mantendo sua defesa aos programas petistas, FIES e PROUNI, que “[...] desviam dinheiro público pras instituições privadas, enchendo os bolsos dos tubarões do ensino. [...]” (MEPR; UV, 2017, p. 1).

Em outra marcante luta da juventude, as ocupações às escola em 2016, a UNE novamente é denunciada por sua postura pelega e conciliadora, que tentou desmobilizar os estudantes aguerridos que ocupavam diversas instituições por todo o país. A tese denuncia:

No final de 2016, em meio à greve de ocupações que tomou conta de escolas secundaristas e universidades de norte a sul do país contra as reformas antipovo de Temer/PMDB, a Une mais uma vez se apresentou como traidora da luta, e propôs que os estudantes permitissem a realização do ENEM! O que poderia ser fator de maior pressão no governo contra a aprovação da contrarreforma do Ensino Médio, não se impôs como poderia, graças ao nefasto papel desta entidade falida e sua direção. No maior descaramento, a Une convocou seu ex-presidente Orlando Silva (Pecedobê) para negociar o fim das ocupações com o Ministro da Educação de Temer! [...] (MEPR; UV, 2017, p. 1)

Buscando sempre desmobilizar o movimento estudantil combativo, passou por “representante” dos estudantes e desorganizou a luta de 2016. Sua postura ficou claríssima, de acordo com o documento, quando na realização do 55º Congresso da UNE.

Se no cartaz de convocação para o encontro não se via nenhuma consigna de luta, menos ainda se viu durante o Congresso. [...] mais uma vez o Congresso da Une serviu apenas de palanque eleitoral para futuros candidatos aos cargos de gerência do velho Estado. Não é à toa que, nas teses aprovadas neste último congresso, a Une reitera sua defesa aos programas de financiamento público para o setor privado, como o FIES e o PROUNI. (MEPR; UV, 2017, p. 1)

Levada a cabo pelas classes gerentes do país, durante os anos Lula-Dilma reiterou e ainda hoje reitera seu apoio às medidas que enriquecem os grandes empresários da educação privada, defendendo um claro interesse imperialista na educação brasileira. Em seu caderno de teses o que se lê é o mais descarado reformismo, propagando a defesa da “reforma política” como saída para a crise do capitalismo. Lenin, ao falar daqueles que diziam-se progressistas, mas bradavam contra a ditadura do proletariado, diz:

No fundo, todos estes brados de intelectuais a propósito da repressão da resistência dos capitalistas não constituem senão uma sobrevivência da velha «conciliação», para falar «educadamente». Mas para falar com franqueza proletária é preciso dizer: a continuação do servilismo perante o saco do dinheiro, é esse o fundo dos brados contra a actual violência operária empregue (infelizmente de modo ainda demasiado fraco e não enérgico) contra a burguesia, contra os sabotadores, contra os contra-revolucionários (LENIN, 1985, p. 1).

UNE-UBES e UJS não conseguem mais esconder seu caráter oportunista, tampouco sua defesa à velha ordem do Estado burguês brasileiro. Representa hoje toda prática pacifista e anti-combativa. É urgente rechaçar o peleguismo, a conciliação e a conduta eleitoral destas entidades oportunistas e reconstruir o movimento estudantil sobre uma perspectiva crítica e politizada.

3. UM ENSAIO DE MOVIMENTO ESTUDANTIL ORGANIZADO E HONESTO COM A EDUCAÇÃO DAS MASSAS

Mais do que a denúncia e o rechaço à conduta desonesta destes movimentos estudantis, os movimentos que se pretendem combativos devem levar em conta a educação a que se pretende alcançar: pública, de qualidade e universal, e que, mais que isso, “[...] plenamente a serviço do proletariado do campo e da cidade, combinada com o trabalho produtivo, a fim de formar o ser humano integralmente. [...]” (SOUZA, 2014, p. 299). É por isso, urgente, que seja guiado por uma teoria crítica da educação:

Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para

garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. [...] (SAVIANI, 1980, p. 34).

É, portanto, esta premissa essencial, a de que a educação pública deve servir de construtora das capacidades físicas, intelectuais e técnicas dos filhos do trabalhadores do campo e da cidade, que surge ao redor da escola sua contradição principal, pois:

[...] Mesmo ligada ao Estado por um vínculo institucional, a escola pode desempenhar um papel contraditório em relação a ele, pois trabalhando com o conhecimento, não consegue ocultar o tempo todo as contradições existentes na sociedade. (SOUZA, 2014, p. 302).

Neste sentido, ao defenderem interesses opostos, a luta entre as classes dominadas e dominantes afunila-se e revestida de ataques das forças dominantes exige que mais do que defenda-se, a classe dominada construa luta em defesa de seu ideal de educação, tendo sempre em vista que “À medida que cresce a resistência da burguesia e dos seus parasitas cresce a força do proletariado e do campesinato que a ele se uniu. Os explorados fortalecer-se-ão, amadurecerão, crescerão, aprenderão [...]” (LENIN, 1985, p. 1).

Assim, considerando que a luta em defesa da educação pública, seja por parte dos estudantes, ou professores e técnicos, é uma, a primeira base dos movimentos estudantis em defesa da educação deve ser a unidade dentro da própria escola ou universidade, ou seja, o primeiro passo aos movimentos é organizar sua luta em uma frente organizada de forma unificada.

Com isto, o que quero dizer é que movimento estudantil não é a organização dos estudantes em prol de seus interesses, mas que o mesmo só o é por estar em conformidade com a necessidade de uma educação politécnica urgente às massas laboriosas, só existe por defender a educação pública, universal e de qualidade.

Por este motivo, ao longo da seção, confunde-se movimento estudantil e movimento em favor da educação, visto que um é intrínseco ao outro e quando estes se desunem em seu interesse o único significado é de que a luta perdeu seu espaço dando lugar ao oportunismo de uma luta egoísta.

Ora, romper com o oportunismo deve significar objetivamente com toda prática oportunista e assumir uma nova postura frente a luta de classes, especialmente quanto ao direito de educação. Insisto, a perspectiva não deve ser a de ver o movimento estudantil como uma organização voltada aos interesses estudantis tão somente, mas deve-se reconhecer que o movimento estudantil é a vanguarda de toda a luta pela educação pública.

Só desta forma é possível construir um palco democrático em meio aos interesses docentes e discentes guiando o movimento na direção que a educação pública exige. Esta unidade conquistada torna possível a união entre aqueles que se organizam dentro educação escolar e a classe dominada, seja ela do campo ou da cidade. Este, o segundo ponto urgente para a organização de um movimento estudantil compromissado com a educação integral das classes subalternas.

Mais do que uma união vazia, é fundamental a conscientização da massa de uma teoria crítica da educação, que guie a ação daqueles que, ingressos nela ou não, almejam construir uma educação democrática².

Com isto, todo movimento estudantil que pretende-se ser democrático e, de fato, de luta, a exigência principal é sua autossuficiência, ou seja, seu poder de decisão próprio e democrático, independentemente de qualquer força externa.

Ademais, compreender que o avanço das massas na defesa de seu ideal de educação confronta os interesses das classes gerentes é a essência da prática dos movimentos. Esta contradição é o que transporta do plano ideológico para o plano material este embate entre elas.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, em face do capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, [...], essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, 2004, p. 1).

Assim, cada ação das classes dominantes em reação ao avanço das classes dominadas exige uma reação tréplica do movimento em favor da educação. Esta reação, em plano material deve ser levada a cabo nas ruas, organizando toda a massa de estudantes, educadores, técnicos em educação e trabalhadores em geral. Sobre a prática, Marx é enfático em sua segunda tese a Feuerbach:

A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objectiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o carácter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica. (MARX, 1982, p. 1).

² Me ateno a utilizar o termo “conscientização crítica” de forma generalizada por reconhecer o papel democrático que tais organizações possuem, não podendo eu indicar um único caminho possível, sendo este um ou outro.

Isto é, a dimensão de realidade do pensamento que guia o movimento estudantil só pode se mostrar verdadeiro e conciso quando levado à prática. A verdade do pensamento classista, combativo e independente já pode ser provada durante a história do movimento estudantil, ou seja, em todos os momentos históricos a transformação só pode ser realizada através da incessante luta.

Um ponto é essencial para dimensionar o ideal prático da luta na rua: todo ato não é uma tentativa de conciliação de interesses, mas uma pressão popular em favor dos interesses das massas laboriosas. É esta visão que diferencia os oportunistas daqueles que almejam incansavelmente a defesa dos interesses em prol da educação integral e politécnica das massas.

A chave desta seção é dimensionar a prática dos movimentos estudantis honestos, classistas, combativos e independentes, diferenciando-os dos movimentos estudantis pelegos e oportunistas para contribuir com a atuação dos mesmo, ou ser aporte teórico daqueles que nele adentram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, o que se conclui é que a história do movimento apresenta dois claros caminhos: o caminho do oportunismo, que se constrói nas entidades historicamente solidificadas, UNE-UBES, UJS e UJC; e o caminho da luta honesta e combativa.

O primeiro caminho, do peleguismo, construiu-se nas referidas entidades a partir da segunda metade da década de 1970, aprofundando-se na década de 1980. Isto só ocorreu porque com a perseguição e o assassinato de diversas lideranças revolucionárias, o que restou da maior parte dos movimentos sociais foi a expectativa eleitoreira, como saída. Com o assassinato das principais lideranças revolucionárias, o caminho das armas é deposto, culminando nas lutas pela “Diretas Já”.

Com isto, UNE-UBES adquirem, na virada do século, mais do que uma face pelega, oportunista e eleitoreira, mas tornam-se um aparelho oficial do Estado, levando as pautas de “reforma” universitária do MEC às universidades e em seus congressos.

Este caminho, do escancarado oportunismo, é consolidado nestas instituições, como atividade principal delas e deve ser urgentemente ser denunciado, rechaçado e rompido. Para isso, o segundo caminho, da luta honesta, classista e combativa, deve triunfar no movimento estudantil, criando um ambiente de aliança com as massas, unindo forças com os trabalhadores do campo e da cidade na luta incansável pelos direitos fundamentais da classe dominada, entre eles a educação integral e politécnica de seus filhos.

REFERÊNCIAS

CINTRA, André; MARQUES, Raísa. **UBES - uma rebeldia consequente: A história do movimento estudantil secundarista do Brasil**. Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **Vozes em defesa da ordem: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968)**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018

LENIN, Vladimir. **Obras escolhidas**. Lisboa: Editora Avante, 1985. t. 3, pp 354-357. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/01/09.htm> Acessado em: Junho de 2019

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Lisboa: Edições Avante, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm> Acessado em: Junho de 2019.

_____, Karl. **Luta de classes e luta política**. 2004. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/04/luta-class-luta-polit.htm> Acessado em: Junho de 2019.

MEPR, Movimento Estudantil Popular Revolucionário; UV. Unidade Vermelha. **Dois caminhos do Movimento Estudantil**, 2017.

Disponível em: <<http://www.unidadevermelha.com/index.php/teses/tese-dois-caminhos-do-movimento-estudantil>> Acessado em: Junho de 2019.

NETO, José Alves de Freitas. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior**, 3. ed., nº 10, p. 62-70, junho, 2011. Disponível em: <http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/edicoes/ed03_junho2011/10.pdf>

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. **A UNE e os partidos políticos no Governo Lula (2003-2010)**. Cascavel: UNIOESTE, 2011.

POERNER, Artur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S/A, 1979.

PAULO NETTO, José. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil – a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1980.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e educação do campo**. Araraquara, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

UJS. União da Juventude Socialista. **Um chamado democrático à juventude brasileira: todos/as a Porto Alegre, em defesa de Lula, da legalidade e da democracia.** 2017. Disponível em: <https://uj.s.org.br/noticias/um-chamado-democratico-a-juventude-brasileira-todosas-a-porto-alegre-em-defesa-de-lula-da-legalidade-e-da-democracia/> Acessado em: Julho de 2019.